



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1999

Acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda:

Art. 1º O art. 27 da Constituição Federal passa a ser acrescido dos seguintes parágrafos 2º, renumerando-se os subsequentes, e 6º:

“Art. 27.....

§ 2º O total da despesas com o funcionamento do Poder Legislativo estadual, incluídos os gastos com Tribunais e Conselhos de Contas e a remuneração dos Deputados, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas nos artigos 157 e 159, efetivamente auferido no exercício financeiro, subtraídos os valores a que se referem os incisos III e IV do artigo 158:

a) sete por cento para Estados com população inferior a um milhão de habitantes;

b) seis por cento para aqueles com população igual ou superior a um milhão e inferior a dois milhões de habitantes;

c) cinco por cento para aqueles com população igual ou superior a dois e inferior a três milhões de habitantes;

d) *quatro por cento para aqueles com população igual ou superior a três e inferior a cinco milhões de habitantes;*

e) *três por cento para aqueles com população igual ou superior a cinco e inferior a dez milhões de habitantes;*

f) *dois por cento para aqueles com população igual ou superior a dez e inferior a trinta milhões de habitantes;*

g) *um cento para aqueles com população superior a trinta milhões de habitantes."*

.....

"§ 6º Para o cumprimento dos limites estabelecidos no § 2º deste artigo, o Poder Legislativo estadual poderá promover redução da remuneração de seus servidores ativos e inativos, desde que seja uniforme e atinja igualmente os membros dos Tribunais e Conselhos de Contas, os Deputados Estaduais e os cargos em comissão, admitida a definição de remuneração mínima por nível de cargo."

Art. 2º O parágrafo 1º do artigo 28 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28.

§ 1º Perderá o mandato o Governador que:

I - assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, observado o disposto no art. 38, I, IV e V;

II - não observar os limites fixados nesta Constituição, configurando seu descumprimento infração punível com a inabilitação para o exercício de função pública por período de cinco a oito anos a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória, caso em que será processado e julgado nos termos do artigo 105, I, a."

Art. 3º O inciso XIV do artigo 29 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do artigo 28, § 1º, II, observada a competência prevista no inciso X deste artigo.

Art. 4º Incluem-se os seguintes parágrafos 1º, 2º e 3º no artigo 168:

“§ 1º. O repasse mensal deverá corresponder a um doze avos da despesa fixada para os órgãos de que trata este artigo, inclusive para pagamento de precatórios, admitidas as seguintes variações:

I - a menor, nos casos de déficits mensais de arrecadação, compensáveis com futuros superávits obtidos no mesmo exercício;

II - a maior nos meses em que se observarem superávits compensatórios previstos no inciso anterior; e

III - a maior ou menor, para fazer face a despesas previstas em créditos adicionais e para pagamentos daquelas que, por motivo de conveniência para o detentor da dotação, tenham de ser efetuadas em montante diferente de um doze avos, como investimentos com cronograma de execução próprio e despesas de pessoal.

§ 2º. Independentemente da faculdade admitida no inciso II do parágrafo 1º, o Poder Executivo dos Estados e Municípios deverá observar os limites estabelecidos respectivamente nos artigos 27 e 29 quanto ao cálculo anual.

§ 3º. O descumprimento do disposto neste artigo por parte do Chefe do Executivo Estadual ou Municipal configura infração nos termos do parágrafo 6º do artigo 27 e do parágrafo único do artigo 29, respectivamente.”

Art. 5º Caberá aos respectivos Tribunais e Conselhos de Contas dos Estados e Municípios, a cada ano:

I - verificar o cumprimento dos limites previstos nos artigos 27 e 29;

II - publicar anualmente os dados relativos aos limites do respectivo Estado e de seus Municípios;

III - dar ciência da matéria ao Poder Legislativo da respectiva Unidade da Federação ou do Município e ao Ministério da Fazenda; e

IV - informar o cálculo dos limites estabelecidos nesta Constituição, para a promoção das ações cabíveis, ao Ministério Público:

a) Federal , quanto aos dados relativos à gestão estadual do exercício anterior, e

b) Estadual, quanto aos dados relativos à gestão municipal do exercício anterior.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo pelo Conselheiro responsável pelo Tribunal ou Conselho de Contas constitui crime, bem como o fornecimento de informações fraudulentas.

Art. 6º Esta Emenda entra em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação e independe de lei regulamentadora.

JUSTIFICAÇÃO

Não há dúvida de que a Carta de 1988 ampliou a autonomia dos entes Federados e o fortalecimento da independência dos Poderes como decorrência de seu caráter democrático e descentralizador.

Todavia, ao longo da vigência do atual texto constitucional, constatamos que tal autonomia tem resultado, em muitos casos, em graves distorções quanto à destinação do dinheiro público.

Os meios de comunicação social têm apresentado freqüentes denúncias que envolvem o mau uso dos escassos recursos financeiros de Estados e Municípios, que deveriam assegurar o cumprimento dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil expressos no art. 3º da Constituição Federal, entre os quais se destacam o de *“erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”*.

As elevadas e crescentes despesas dos Estados e Municípios com o seu Poder Legislativo têm subtraído da área social recursos financeiros que poderiam ser destinados, por exemplo, ao combate da mortalidade infantil ou à melhoria do ensino fundamental.

Atualmente, no texto constitucional, não há qualquer limite quanto às despesas das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais, exceto quanto aos subsídios dos Deputados Estaduais – máximo de setenta e cinco por cento dos auferidos pelo Deputado Federal – e dos Vereadores – máximo de setenta e cinco por cento dos auferidos pelo Deputado Estadual.

Quanto à limitação das despesas das Câmaras Municipais, o problema já está a caminho de ser solucionado, pois o Senado já aprovou Emenda à Constituição nesse sentido (PEC nº 15, de 1998), estando, atualmente, aguardando a deliberação da Câmara dos Deputados.

Esta proposta tem a mesma finalidade da retrocitada PEC nº 15, de 1998, e, por razões de técnica legislativa e de coerência constitucional, está redigida em termos semelhantes, vinculando, assim, o limite das despesas em relação à receita total em proporção inversa à população do Estado.

Ao lado disto, pretende-se estabelecer uma sanção aos Governantes estaduais e municipais que descumprirem os limites estabelecidos na Constituição. Neste sentido, optou-se pela atribuição de infração em lugar de crime de responsabilidade, uma vez que esta segunda hipótese obrigaria o julgamento do Chefe do Executivo pelo próprio Poder Legislativo, beneficiário do descaso à norma limitadora do gasto.

Propõe-se, portanto, um rito de envio periódico das informações ao Ministério da Fazenda, para o controle dos gastos consolidados, e para o Ministério Público, para a proposição das ações penais cabíveis.

Em contrapartida, a Emenda eleva a autonomia dos demais Poderes, atribuindo ao Executivo o dever de remessa mensal de disponibilidade financeira de um doze avos das dotações dos outros Poderes, admitindo variações decorrentes de possíveis déficits de receita.

Com esta medida, pretende-se tornar formal o direito dos outros Poderes sobre sua parcela mensal do orçamento, o que impediria a utilização destes recursos como meio de barganha dos Executivos estaduais e municipais.

Com tal dispositivo, pretende-se aumentar a independência dos Poderes Públicos frente aos demais, contribuindo para o aperfeiçoamento da própria democracia.

Desse modo, acreditamos que a nossa pretensão de disciplinar os crescentes custos de funcionamento do Poder Legislativo estadual possa contar com a mesma compreensão que esta Casa teve ao aprovar, por unanimidade, nos dois turnos de votação, a PEC nº 15, de 1998, que limita os gastos das Câmaras Municipais.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1999

GERALDO ALTHOFF.

Senador

2.

4.

6.

8.

10.

12.

14.

16.

5.

7.

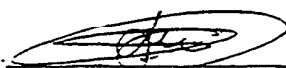
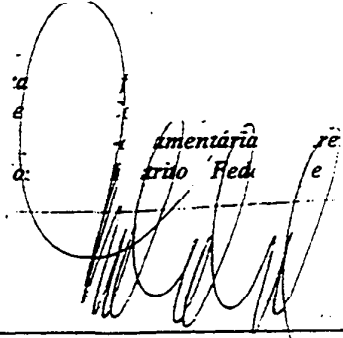
9.

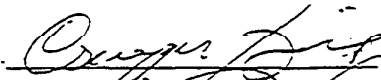
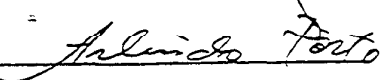
11.

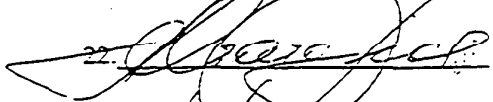
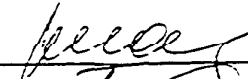
13.

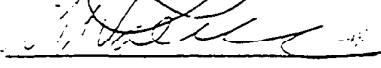

15.

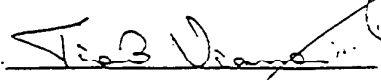
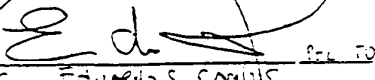
17.

18.  19.  *amentária*
trão Fedu
re

20.  21.  *Alcides Forto*

22.  23.  *pele*

24.  25.  *mao Gustavo*

26.  27.  *Ed*
EDUARDO S. CAMPOS

28. _____ 29. _____

30. _____ 31. _____

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

*§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subseqüente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.

§ 3º Compete às Assembléias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

****Art. 28.** *A eleição ao Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.*

Parágrafo único. Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

CAPÍTULO IV DOS MUNICÍPIOS

*****Art. 29.** O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

V – remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI – a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII – o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município;

VIII – inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

.....

XIV – perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único.

.....

SEÇÃO VI DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

- a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
- b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;
- c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer,

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, exclui-se a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicada no Diário do Senado Federal, de 6-3-99